



FATOS E PERSONAGENS DO IMPÉRIO — O LIMIAR DA REPÚBLICA

Davis Ribeiro de Sena

O título expressa, sem retoques, o conteúdo do artigo. Trata-se de uma apreciação crítica em torno de personalidades e fatos do Império e do alvorecer da República.

“Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa.”

(Art. 1º do Dec. nº 1 dos Estados Unidos do Brasil)

A DINASTIA BRAGANTINA...

Ungido primeiro imperador do Brasil e, mais tarde, 27º rei de Portugal, como D. Pedro IV, Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Mi-

guel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon (1798-1834) nasceu e morreu na sala dedicada a D. Quixote, no palácio de Queluz, perto de Lisboa.

Era filho do então príncipe regente e futuro rei D. João VI, a partir de

1816, ocasião em que, insinuante e formoso mancebo, tornou príncipe real e herdeiro do trono. Casou-se, por procuração, com D. Carolina Josefa Leopoldina (1797-1826), arquiduquesa da Áustria, conveniência ditada pelo Congresso de Viena. De caráter impulsivo, identificou-se francamente com as idéias liberais saídas da revolução constitucionalista de 1820, embora preferisse os exercícios físicos, como equitação, ao enfadonho exercício das letras. Compôs a música do hino da Independência.

Amante audacioso, ficaram célebres suas conquistas amorosas extramatrimoniais e os rompantes arbitrários com que geria a coisa pública. Certa ocasião, segundo R. Magalhães Jr., chegou ao exagero de agradecer, com títulos de nobreza, em um só documento, 41 personalidades (19 viscondes e 22 barões), aproximadamente o total de galardões conferidos, no reino de Portugal, desde a sua fundação (1067) até o citado despacho (início do século XIX): 16 marqueses, 8 viscondes e 4 barões, somando 54 benesses. De outras feitas, irreverente, fez grande benemérito da Pátria o seu barbeiro, e comendador a uma criança de apenas 6 anos de idade.

Com o regresso da família real a Portugal, permaneceu como regente na colônia americana e resistiu à ordem de retorno com estoicismo, através do "fisco". Com esse ato, deflagrou o processo de independência do Brasil, nomeando embaixadores autônomos em Londres, Paris e Berlim. Logo a seguir, filho de rei, foi sagrado e coroado com o aparatoso título de

Imperador, à moda napoleônica.

Malgrado representar a política absolutista da Santa Aliança, a imperatriz Leopoldina apoiou o marido abertamente, conquistando a simpatia popular. Mas a ostensiva e ardente paixão de D. Pedro I por D. Domitila de Castro Canto e Melo — a quem fez marquesa de Santos e com quem teve 5 filhos — rompeu a harmonia do casal. E a austríaca sem encantos veio a falecer de parto prematuro.

Em gesto autoritário, típico de seu temperamento, D. Pedro I dissolveu a assembléia constituinte de 1824 e outorgou a Constituição do País, elaborada, em menos de trinta dias, por cerca de 10 notáveis nomeados por ele próprio. Voluntarioso, encontrou forças e disposição suficientes para inaugurar o Estado brasileiro, mas teve atitudes polêmicas, como "indenizar" Portugal¹ e pagar à Inglaterra pelo seu indispensável reconhecimento diplomático.

Imprevisível, caráter forte mas inconstante, o "defensor perpétuo do Brasil" tomou atitudes que variavam, da rara generosidade, à vingança impiedosa, flutuando, do liberalismo espontâneo, ao absolutismo mais mesquinho.

Seu amigo íntimo era o português e companheiro de boêmia Francisco

1. 2.000.000 de libras esterlinas (1.400.000 para a Inglaterra e 600.000 entregues a D. João VI, como reparação por suas propriedades no Brasil. Visando a garantir o trono americano à filha arquiduquesa, a Áustria, espécie de árbitro mundial de então, apoiou a Independência, sem delongas.

Gomes da Silva, o “Chalaça”, cuja existência física muitas vezes é omitida nos livros escolares, em vã tentativa de “consertar” a História.² Sob sua influência, D. Pedro demitiu o poderoso ministro da Fazenda, marquês de Barbacena, como desonesto, o qual replicou pelos jornais, em constrangedora polêmica pública.

Com a morte do pai, acumulou, por oito dias, o governo do Reino e do Império. Nesse ínfimo período, outorgou a sua segunda Carta Constitucional, dessa vez para Portugal, longamente esperada por seus patrícios, a quem concedeu anistia política ampla e irrestrita, abdicando, logo depois, na pessoa da filha brasileira, D. Maria da Glória (D. Maria II) e dando-lhe a mão, solenemente, ao mano rebelde, união que foi abençoada pelo papa.³ As bodas jamais se realizaram, mercê da ambição pessoal do nubente varão, fascinado pela idéia de tornar-se D. Miguel I.⁴ No final do seu reinado, dedicava-se a solucionar os profundos

problemas dinásticos de sua terra natal.⁵ Era mais D. Pedro IV que D. Pedro I.⁶ Valente, fez-se paladino da “causa constitucional”.

O primeiro soberano do Brasil casou, em segunda núpcias, com D. Amélia Augusta Eugênia Napoleão de Beauharnais (1812-1873), neta de D. Josefina, a primeira mulher de Napoleão, para quem, em garbosa honraria, criou a Ordem Imperial da Rosa, cor predileta da homenageada. Várias casas reais européias recusaram, de forma embaraçosa, o vínculo sanguíneo com a realeza sul-americana, mas a jovem e bela milanesa impressionou favoravelmente o Imperador — mesmo que, sob o aspecto preconceituoso do nascimento, sua origem não fosse das mais ortodoxas — sobre ele exercendo influência benéfica.⁷

No dia 7 de abril que consolidou a independência, a Imperatriz tentou evitar a abdicção, porém o impetuoso marido, incompatibilizado com o Exército (que procurou extinguir por decreto) e com a oligarquia que detinha o poder, optou por retornar às suas raízes, atraído pelas razões do Estado lusitano, a força telúrica e as ambições do infante D. Miguel, seu irmão, obstinado em usurpar-lhe o trono.

O deputado federal Lima Cavalcanti (PE), em discurso pronunciado no plenário da Câmara dos Deputados (sessão de 09.03.1989) sobre a evolução da dívida externa brasileira, citou, sem

2. Mais tarde, cônsul brasileiro em Nápoles, de onde tramou a queda de Barbacena.

3. Tentar casar sobrinha com tio não era uma invenção de D. Pedro I. Sua avó, D. Maria, a Louca, era esposa do tio, D. Pedro III.

4. Príncipe consorte era pouco para o 3º filho de D. Carlota Joaquina. Apoiado pela rainha-mãe, o infante depôs a rainha, sobrinha e noíva. Foi rei, de 1828 a 1834, e faleceu no exílio, em 1866.

5. A prometida casou, já rainha, com o príncipe Augusto de Leuchtenberg, irmão de D. Amélia, 2ª imperatriz do Brasil.

6. O Príncipe Regente de Portugal, D. Pedro, recuperara a coroa para a filha, após guerrear o irmão usurpador, falecendo como Duque de Bragança, em 1834, após longa agonia, vítima da asma e da tuberculose.

7. Em seu testamento, recomendou à cónjuge a proteção a seus filhos naturais D. Isabel Maria de Alcântara Brasileira (a duquesinha), Rodrigo Delfim Pereira e Pedro de Alcântara Brasileiro.

contestação que, “em 26.06.1829, foi efetuado um empréstimo de 400.000 libras esterlinas junto ao Banco Rotschild — das quais recebemos apenas 208 mil — destinado a armar uma esquadra para retomar o trono de Portugal, de D. Miguel para D. Maria II, custear a filha de D. Pedro I (do Brasil) e sua corte na Inglaterra, e financiar a escolha de uma segunda esposa para o nosso Imperador”. E acrescentou: “Este foi o mais danoso empréstimo feito pelo Brasil, chegando o governo inglês a pensar em impedir a realização do mesmo, devido aos rumores de corrupção. Com os dois primeiros assuntos gastou-se 85% do empréstimo e com o casamento, 15%.”

Seu primogênito, D. João Carlos, viveu apenas um ano e, depois dele, o desejado filho varão foi natimorto. D. Pedro II foi o 7º filho, o caçula, do casal Pedro-Leopoldina. Infenso a escândalos, o primeiro Imperador teve mais 5 filhos, com 5 mulheres diferentes: 2 francesas, 1 uruguaia, uma irmã de D. Domitila e a monja portuguesa Ana Augusta.

A Confederação do Equador (1824) marcou o início do seu desgaste político, no país que fundara, juntamente com a perda da Cisplatina (1826).⁸

*

A sucessora do segundo reinado não escapou do costume familiar de

8. O gesto de vinda do enforcamento do revolucionário Ratchiff também contribuiu para a sua impopularidade, pois contrariava o clero, a imprensa, os amigos, parlamentares e a marquesa de Santos.

batizar seus filhos com nomes quilométricos, chamava-se Isabel Cristina Leopoldina Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga (1846-1921).

Princesa imperial e regente por 3 vezes, a ela coube assinar a lei de 28 de setembro de 1871. Mostrando a fictícia intenção de proteger cativos recém-nascidos, a Lei foi, na verdade, um inteligente ato protelatório, visando a evitar a derrocada da escravidão negra no País, objetivo que foi colimado.

Muitos dos seus contemporâneos — como o emancipacionista mulato José do Patrocínio — questionavam-lhe a vocação e competência para exercer o elevado cargo de Imperatriz do Brasil, já que o poder de fato passaria para as mãos do príncipe, seu marido, francês de nascimento, contrariando interesses da corte e da Inglaterra.

Taunay, Leão XIII, Nabuco, Carlos Gomes,⁹ os militares,¹⁰ pressões de expressivos representantes dos vários segmentos da sociedade brasileira, a oposição oportunista dos “republicanos de 14 de maio”, e o isolamento imposto pelas mais importantes correntes de opinião internacionais, forçaram o 13 de maio,¹¹ que a queda do gabi-

9. Que a presenteou com a partitura da ópera “Lo Schiavo”, acompanhada de significativa dedicatória.

10. A moção do Clube Militar, assinada por Benjamin Constant e dirigida à princesa regente foi rejeitada pelo ajudante-general, visconde de Gávea. Publicada pela imprensa, deflagrou extremada agitação política.

11. Escolhido, talvez, por ser data festiva na corte (casamento de seus avós, Pedro e Leopoldina, e natalício de D. João VI).

nete Cotegipe (10 de março de 1888), grande escravagista, já prenunciava. Daí para a frente, a entrega solene de 103 cartas de alforria, em Petrópolis (1º de abril), e o "isabelismo" foram as últimas tentativas realistas de sustentação, apoiadas nas armas de uma improvisada e fugaz "Guarda Negra", de triste memória. É válido concluir que o governo imperial, ao conceder à herdeira¹² o privilégio de assinar a "Lei Aurea", pretendia apresentá-la, aos partidários da ameaçadora República, como a "Redentora". Preparava assim o terreno, habilidosamente, para uma possível continuação da dinastia imperial, o que não evitou a queda imediata do Império, irmão siamês do sistema servil vigente.

*

Sua Alteza o Príncipe-Consorte Luís Felipe Maria Fernando Gastão D'Orleans, o conde D'Eu (1842-1922), jovem cabo-de-guerra, testado nas lutas européias e africanas, era marido da princesa imperial Isabel de Bragança, herdeira do trono brasileiro e, como marechal-de-exército, foi agraciado com as grã-cruzes de todas as Ordens do Império. Sem dúvida, interessava à aristocracia reinante apresentar o futuro príncipe do Brasil como herói e vencedor da Guerra do Paraguai. Foi, assim, nomeado seu comandante-em-chefe, em 22.03.1869, com apenas 27 anos de idade, ato que desagradou a maioria dos veteranos oficiais-generais brasileiros, mas que

12. Os filhos varões de D. Pedro II, Atonso e Pedro, faleceram ainda bebês.

apareceu os pruridos republicanos nascentes no importante setor militar da Nação, eis que preocupantes manifestações de contestação à monarquia já tinham sido identificadas em vários pontos do país.¹³

Pragmático e prudente, caído o Império, o conde D'Eu preferiu retornar à sua terra, mais civilizada, e aconselhou os parentes a não resistir e a aceitar, com tranqüilidade, a indenização e os proventos mensais que o governo provisório destinara à família real, com quem foi banido, até a anistia de 1920, concedida pela Primeira República. Os historiadores guaranis — que evitam comentar o procedimento de chefes militares brasileiros, como Caxias e Osório — são unânimes em condenar a conduta pouco generosa do noviço comandante das forças em operações, na fase derradeira do sangrento conflito armado que envolveu os dois países.¹⁴

...NA CORTE DE SÃO CRISTÓVÃO...

Pedro de Alcântara João Carlos Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Gonzaga (1825-1891), segundo imperador do Brasil, apesar da sua presença física agregadora, centrípeta, não era

13. O povo cognominava o príncipe francês de "O Estrangeiro" e exagerava estórias sobre sua avareza.

14. Vale ressaltar que o presidente paraguaio Francisco Solano Lopez, com intenção de formalizar uma aliança com o Império e evitar a iminente tragédia, pretendeu desposar uma das princesas brasileiras, gesto reputado insolente pelos gentis-homens nativos.

exatamente um homem de ação, de iniciativa, de tomar decisões de profundidade política ou social, embora reservasse para si, exclusivamente, a resolução de todas as pendências internas ou externas, consideradas de caráter grave.

De personalidade amena, admitia, com urbanidade, as críticas mais ferinas e injustas. Entretanto, desconfiado do Exército — principal geratriz da abdicação de seu pai (1831) — chegou a pensar em transformar os oficiais em agrimensores, engenheiros ou professores civis, enquanto favorecia a Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça.

Autocrata, soube, contudo, ultrapassar com sabedoria a Revolução Farroupilha, a Campanha contra Oribe e Rosas, a Guerra da Tríplice Aliança e, principalmente, a instabilidade política interna do Império, consubstanciada nas sucessivas rebeliões — reprimidas com extrema violência — que eclodiam em numerosas províncias, particularmente a de Pernambuco.

Compareceu à solenidade de rendição do exército agressor paraguaio em Uruguaiana (RS), pois sem a augusta presença, Estigarribia entregarse-ia ao presidente argentino Mitre, o generalíssimo aliado, que exercia patamar hierarquicamente superior ao ocupado pelos generais brasileiros.

No decorrer do conflito, longo, cruento e oneroso, mostrou-se implacável com o marechal Lopez, proibindo o comparecimento de parlamentar brasileiro na conferência de paz, proposta por ele (Itaiti Corá, 12.09.1866) e aceita pelo comandante-em-

chefe Bartolomeu Mitre, e pressionou Venâncio Flores, presidente oriental, para que se ausentasse. Posteriormente, negou-se a aceitar os esforços do embaixador norte-americano no mesmo sentido, decidindo pela perseguição ao ditador paraguaio, assim como o fizera, logo no início das hostilidades, em relação à intermediação de vários países sul-americanos neutros (Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia).

Politicamente conservador, avesso a reformas e legalmente irresponsável, o primeiro ato do menino órfão, ao assumir o poder — advindo da crise conjuntural da Maioridade¹⁵ — foi decretar a anistia geral (22.08.1840), mas não soube, ou não teve condições, de fugir à mesmice política e ao atraso social, estabelecendo a harmonia dos poderes e abolindo a escravidão, sua companheira inseparável de travessia em todo o reinado, chegando ao ponto de admoestar ostensivamente distintos guerreiros — como o general Tibúrcio — por participarem ativamente da campanha da emancipação.

Essa honraria transferiu, habilmente, à sua filha regente, D. Isabel, no momento em que se encontrava em périplo externo, pela 3ª vez, vilegiaturas que alternava com as da filha, tendo visitado a Europa (3 vezes), o Egito (2 vezes), os EUA, o Canadá e o Oriente Médio, às suas expensas.

O Brasil foi o último dos países con-

15. Repetiu-se no Brasil a solução encontrada, em Portugal, para o impasse institucional: a antecipação da maioria legal dos irmãos herdeiros. Lá, D. Maria II (1834), aqui, D. Pedro II (1840).

siderados civilizados a abominar a nequícia do servilismo. Mesmo assim, a princesa emergeria como a "Redentora", influenciando favoravelmente as opiniões públicas interna e externa, visando à constituição de um 3º governo imperial sob a dinastia da Casa de Bragança.

Não obstante concentrar em suas mãos tanto poder individual, não há notícias de que Sua Majestade tenha opinado sobre a política econômico-financeira do Império; todavia, os seus prosélitos de sangue limpo foram exímios gastadores do erário público. Em realidade, os presidentes do Conselho (espécie de 1º ministro, à moda inglesa, a partir de 1847) e seus assessores da área econômica encontraram grandes dificuldades para promover o desenvolvimento nacional através de recursos internos, tendo contraído sucessivos empréstimos bancários em Londres, desde o gabinete Olinda, 1865,¹⁶ prosseguindo em 1871,¹⁷ e só finalizando em 1889.¹⁸

Segundo Valentim Bouças, os empréstimos externos do Império, resgatados ou não, totalizaram 68.142 mil libras, ou 640.913 contos de réis, afirmando o parlamentar pernambucano atrás citado que o último empréstimo imperial (17.213.500 libras, das quais recebemos 15.492.150) foi firmado em 1889, com a finalidade de consolidar

dívidas contraídas, sendo ratificado pelo governo republicano em 29.04. 1890. E concluiu sua explanação citando a "Resenha Financeira do ex-Império do Brasil", de autoria de Amaro Cavalcanti: "...o Império deixou uma dívida total de 30.283.300 libras inglesas".

Pois bem. Carioca da gema, nascido literalmente em berço de ouro e revelado adulto em tenra idade, cresceu, amadureceu e envelheceu à feição da classe de senhores de escravos que regia os destinos do País. O preceptor José Bonifácio, que poderia incutir no herdeiro presuntivo, idéias progressistas, foi logo afastado. E o Pedro brasileiro aflorou publicamente aos 15 anos, tímido e introvertido, fruto do chamado "golpe de estado da maioria", e nunca desapontou a oligarquia dominante, que sempre confiou no seu conservadorismo, principalmente quanto ao anacrônico e perverso sistema social que manteve por quase meio século, esteado em três colunas basilares: a poderosa Igreja Católica Apostólica Romana, a força do Poder Moderador, que situava nossos monarcas bem perto do despotismo, e o latifúndio legado pelos antepassados dos tempos coloniais.

Em um tempo em que não era raro prender, surrar e assassinar jornalistas de pensamentos opostos, e empastelar órgãos de comunicação, Sua Majestade Imperial aceitava democraticamente veementes, desrespeitosa e, às vezes, infundadas críticas, inclusive a alcunha de "césar caricato", que lhe faziam seus adversários mais viperinos.

16. Quase sete milhões de libras esterlinas, para financiar a Guerra do Paraguai.

17. Três milhões e meio, destinados a cobrir déficits decorrentes da mesma campanha.

18. Vinte milhões. Todos os compromissos foram honrados pelo novo regime.

O Império era considerado pelos opositores uma "democracia às avessas", pelo fato de o chefe-de-gabinete ser nomeado pelo Imperador, sem ouvir o Congresso. Só então o nome escolhido arbitrariamente era apresentado àquela Casa para homologação, contrariando o mecanismo adotado pelas monarquias européias, onde o Congresso elegia o 1.º Ministro, o qual, já investido do cargo, exibia suas credenciais ao chefe de Estado, o rei.

Portador do mal congênito que afligia o sangue azul dos Bragança, as pronunciadas bochechas — que ele disfarçava através de venerandas barbas — diabético, não conseguia dissimular a voz fina que o martirizava e o incapacitava de pronunciar a "fala do trono", ato que confiava a terceiros, e ao qual comparecia como assistente, mas de faustoso cetro à mão e opulento manto imperial, em que se destacavam aplicações de numerosas plumas coloridas arrancadas de papos de tucanos, além da imponente coroa imperial, incrustada com mais de um milheiro de refulgentes diamantes e pedras preciosas.

Desposou, em 1843, a princesa Tereza Cristina Maria de Bourbon (1822-1889), filha de Francisco I, Rei das Duas Sicílias, a ele imposta pelo Regime, e com quem teve quatro filhos: Afonso (1845-47), Isabel, Leopoldina (1847-71) e Pedro (1848-50).

Do mesmo modo que o pai, encontrou dificuldades para concretizar o matrimônio, frustrando pretensões de casar com rapariga das cortes da Áustria, da Rússia ou da Espanha.

O contrato foi assinado em Viena, e o cônjuge — que conhecera a noiva

por retrato — não pôde dissimular sua decepção, ao vê-la desembarcar, desgraciosa, no cais do Rio de Janeiro, em meio a cerimonial esplendoroso e intensos festejos populares programados pelos acólitos da corte.

Documentos divulgados recentemente comprovam que a figura terna de D. Pedro II acalentou sonhos e devaneios amorosos, através de cartas apaixonadas remetidas a cortesãs, atrizes e admiradoras, como qualquer mortal. Afagos platônicos ou não, as propostas de troca de fotografias e de *souvenirs* e as revelações de intimidades de alcova anunciam o lado humano e másculo da pessoa em cujas veias corria o sangue galante de D. Pedro I, exorcizado do sufocante mito de criatura extraterrestre invulnerável às emoções da vida e imune às tentações da carne que muitos de seus apologistas, equivocadamente, tentam impor à sociedade brasileira.

A condessa de Barral, ex-aia das princesas Isabel e Leopoldina, foi a mais íntima amiga do nosso Pedro, discreto apreciador da sensualidade feminina, mas várias beldades mantiveram ligação, pelo menos epistolar, com ele, também colecionador de retratos de lindas e famosas artistas francesas, e de outras partes do mundo, até moscovitas. A condessa de Latour, Clair D'Azy, Anne de Villereune, Anne de Balligand e Eponina Otaviano foram-lhe assíduas e carinhosas misivistas, de acordo com Tobias Monteiro.

Buscando o reconhecimento internacional tácito da realeza brasileira,

casou as filhas com jovens fidalgos europeus de sangue azul, ao invés de eleger membros da nobreza cabocla, conduta que, mais tarde, trouxe óbices à sucessão, por força da rejeição espontânea aos “estrangeiros” de parte da sociedade mestiça do lado de cá do oceano.

A atitude imperial resultara antipática e incompreensível, já que, segundo R. Magalhães Jr., em 67 anos de monarquia foram conferidos 388 diplomas nobiliárquicos — não raro a ricos comerciantes de escravos, a cortesãos e a estrangeiros como, por exemplo, o escocês almirante Cochrane (marquês do Maranhão) — a saber: 1 duque, 7 marqueses, 10 condes, 54 viscondes e 316 barões, relação a que deve ser acrescido, no mínimo, o nome do duque de Saxe, o outro genro de D. Pedro II e da duquesa de Goiás, filha ilegítima e querida de D. Pedro I.

Inexistiam critérios judiciosos para a concessão dessas mercês, que não eram hereditárias, reforçando a autoridade pessoal do monarca, e muitas vezes eram obtidas a peso de ouro. Atente o leitor, que a aristocracia constituía uma camada social superior ao brasileiro comum, detendo privilégios de cidadania de 1ª classe, tal como ter seus bens e propriedades considerados inalienáveis para arresto judicial. Por ser humanamente impossível promover a essa categoria todos os colaboradores prestimosos que gravitavam em sua órbita, via-se Sua Majestade na bizarra posição de ter de apartar os ciúmes e cobiças, as intrigas e maledicências que compunham o dia-a-dia do paço imperial e sua corte.

Ainda que se mostrasse pessoalmente amigo das letras e das artes, escritor e poeta bissexto que era, alguns pesquisadores consideram o seu reinado obscurantista, pois o sistema educacional brasileiro foi relegado a segundo plano, o que se comprova por dois fatos esclarecedores: os cursos jurídicos existentes no País, à época, remontavam ao primeiro reinado e a nossa universidade mais antiga surgiu na República, quando, na Argentina, existiam escolas superiores desde o início do século XVII.

Sua figura simpática, serena e declarada sagrada pela Constituição (o que não impediu que fosse vítima de um atentado, em 1889) é exaltada, quase mitologicamente, pela maioria de nossos historiadores e exegetas, mas o papel por ele exercido na direção dos destinos nacionais por período consideravelmente longo e atribulado, poucas vezes é analisado pelos estudiosos com imparcialidade científica.

O último ato do último Imperador foi convidar o conselheiro Saraiva para organizar novo gabinete ministerial. O veterano político aceitou a incumbência, condicionando-a, porém, à anuência de Deodoro.

Melancolicamente, D. Pedro II tomava consciência de que o Poder lhe fugira das mãos...

...E A REPÚBLICA PROVISÓRIA

O Exército inquietava-se com o reaparecimento do prestígio da Guarda Nacional, subordinada ao Ministério

da Justiça, desde que surgira a “questão militar”, e manifestava desagrado com a larga distribuição de patentes da citada corporação e de títulos nobiliárquicos, constante nos despachos recentes do Imperador.

Seu principal líder, o marechal Deodoro da Fonseca — guerreiro de realce na campanha do Paraguai, da qual participou desde o início das hostilidades até a ocupação militar daquele país — era um homem austero, vaidoso, digno, de olhar penetrante, possuidor de invejável porte varonil. Perfumava as barbas, envergava impecáveis uniformes e elegantes trajes civis, sendo admirado pelo sexo oposto. Exalava autoridade e respeito, por suas atitudes sempre firmes de chefe bravo na guerra e severo na paz. Asmático, disciplinador, crente em Deus, não tolerava o pacifismo dos positivistas agnósticos e a indisciplina nascente que ameaçava a coesão do seu querido Exército, naqueles momentos de apreensão por que passava o Brasil.

Assim, não assimilou pacificamente a derrota eleitoral para o Senado do Império, representando a província do Rio de Janeiro, em 1887. Creditou-a a seus inimigos encastoados na corte, o que, de resto, era verdade, haja vista que as eleições vigentes eram viciadas, a “bico de pena”, e a situação raramente era vencida. Beneficiava-se de um diminuto contingente nacional de 200.000 eleitores (1,5% da população), sem representatividade, pois os analfabetos (78% dos brasileiros) e os cidadãos com menos de 100.000 réis de renda mensal, não votavam.

Deodoro entrara em rota de colisão

com a cúpula dirigente, desde os episódios em que foram envolvidos o coronel Cunha Matos (1885) e o tenente-coronel Sena Madureira (1886), na chamada “questão militar”, atuando com vigor na defesa do que considerava direito dos citados oficiais. Ao morrer seu irmão, o barão de Alagoas, em 07.03.1889, os laços de cortesia com a realeza foram definitivamente cortados.

Monarquista, respeitava a pessoa do Imperador, seu compadre, mas não perdoava o séquito de gala que o cercava, pois, ao lado de personalidades dignas e respeitáveis, dele faziam parte, em contrapartida, áulicos, arrivistas e as deslumbrantes damas de honra.

A elite dirigente admitiu de bom grado o desafio proposto e andava às turras com ele, transferindo-o para fínvias guarnições militares, quando não o transformando em um marechal em disponibilidade, sem comando, em plena corte de São Cristóvão. A boa política e a cautela ensinavam que o orgulhoso alagoano, oficial mais condecorado do Exército, deveria ser atraído pela nobreza, e não hostilizado publicamente. Ao invés do confronto ostensivo, urgia integrá-lo ao sistema, eis que, logo após a República — que eliminara a concessão de títulos nobiliárquicos — foi aclamado, desvanecido, no posto de “generalíssimo de terra e mar”, inexistente na hierarquia militar. Por outro lado, seu irmão, que exercia as funções de veedor de Sua Majestade a Imperatriz, embora de menores expressão e prestígio nacionais, falecera como partícipe da intimidade

palaciana, e outro mano, presidente da província da Bahia, monarquista fiel, somente reconheceu o novo regime no dia seguinte à proclamação, após sabê-lo decretado por Deodoro.

Unitarista, superou a enfermidade com obstinação e deixou leito e medicamentos diretamente para o dorso do cavalo baio n.º 6 e sem desembainhar a espada, proclamou a República "provisoriamente", como se fosse possível derrubar temporariamente um trono e revogar títulos de exceção, honras e privilégios, enfim, todo o modo de vida derivado da sua existência. Talvez o vacilante advérbio tenha sido indicação de Deodoro, pois os republicanos que o secundavam, jovens e radicais, acreditavam firmemente no regime de seus sonhos, como é notório, embora o Parlamento contasse com apenas 2 deputados republicanos assumidos. E, provavelmente, o encanecido marechal não teria apreciado a adoção do federalismo, determinado no mesmo decreto como a futura forma de governo.

Fundador e primeiro presidente do Clube Militar (27.06.1887), cujos estatutos eram claros quanto à sua finalidade de "defender os interesses da classe", não compactuava com a escravatura e verificava, com apreensão, que, desde 1881, os ministros da guerra tinham sido personalidades civis — sem demérito ao valor pessoal de cada um — traduzindo o límpido sintoma da desconfiança do Imperador em relação aos chefes militares.

O tempero romântico esteve também presente: a notícia da nomeação do líder liberal gaúcho Gaspar da Silveira Martins para chefe-de-gabinete

trouxe-lhe à mente a imagem inesquecível da prenda riopardense — filha viúva de um cavalariano de escol, barão pelo seu valor, morto em combate na guerra do Paraguai — e pomo de discórdia entre ambos.

Suas mágoas e o desencanto atingiram o paroxismo, ao constatar que o soberano nomeara, para o Senado Vitalício, apenas 3 militares e outros 3 para o Conselho de Estado, nos últimos 40 anos. Desarmado, só e a pé, transpôs sereno o pórtico do palácio da guerra, para o inexorável encontro que marcara com o destino. Era o ocaso do "pétreo poder".

Assim como o monarca decaído resguardou com altivez a sua dignidade pessoal, os pioneiros republicanos souberam manter o respeito a toda a família real, inclusive concedendo um expressivo estipêndio para o ex-ocupante do trono, bem como assegurando aos seus herdeiros diversas propriedades privadas da coroa, além de um valdêmio que perdura até os dias atuais.

A ordem do ajudante-geral interino, marechal Floriano Vieira Peixoto (cujo nome fora vetado para ministro da guerra pela princesa Isabel, segundo Moreira Bento), comandante operacional do Exército, transferindo o 9.º RC do bairro de São Cristóvão — a Vila Militar da época — para ocupar o prédio da Escola Militar da Praia Vermelha, na noite de 14/15,¹⁹ detonou nos quartéis, como o tiro terrorista que

19. Coincidentemente, a República foi proclamada na mesma data do reconhecimento da autonomia política do Brasil por Portugal e pela Inglaterra: 15 de novembro de 1825.

matou o grão-duque austríaco, estopim da I Grande Guerra.

O major Solon Ribeiro, comandante daquela Unidade e oficial arrematado de posto mais elevado — porquanto o tenente-coronel Silva Telles, comandante do 1º RC, alheiar-se à insurreição — decidiu botar a tropa na rua, imediatamente. Quem quisesse que aderisse. O objetivo era o edifício do Ministério da Guerra, situado no Campo de Santana, onde o gabinete Ouro Preto estava em reunião permanente. Os correligionários civis e os principais líderes militares do movimento republicano (Benjamin e Deodoro) não se encontravam no aquartelamento: o primeiro incorporou-se à coluna no local onde hoje fica o gasômetro e, o segundo, na altura da atual Praça Onze. Os meios disponíveis — homens, metralhadoras e canhões — reunidos no interior e nas imediações do Quartel-General, para a defesa do Império agonizante e colocados sob o comando direto do barão do rio Apa, primo de Deodoro e, teoricamente, subordinados a Floriano, eram superiores, em número, aos da reduzida força que, ousadamente, arremetia a posição. O barão de Maracaju, outro primo-irmão, como ministro da guerra completava o esquema de segurança da coroa combatida.

*

“Acautelou-se, com elegância, a ida do ex-monarca para a Europa com todas as honras, respeito e deferência, levando a bordo ajudante-de-ordens,

médico particular, todos os familiares, alguns fidalgos e criados, sendo até comboiado por navio de guerra ostentando, porém, a primeira bandeira da República” (Silveira do Prado).

Até os nossos dias, o Exército mantém a tradição republicana de o comandante do 1º Regimento de Cavalaria de Guarda — “Dragões da Independência” — montar sempre um cavalo baio n.º 6, simbolismo regulamentar em referência ao número e pelagem do corcel que serviu ao marechal Deodoro da Fonseca, no ato da Proclamação.²⁰

Confirmando a ausência de ressentimentos e rancores ao monarquismo, enumera em sua ordem de batalha um tradicional “Batalhão D. Pedro II”, em Petrópolis (RJ) e um insólito “Grupo D. Pedro I”, em plena capital do País.

20. Os 1º e 9º RC, respectivamente sob os comandos do tenente-coronel Silva Telles e do major Frederico Solon Ribeiro, ocupavam o mesmo aquartelamento — as antigas baias do palácio da Quinta da Boa Vista, adaptadas, onde está hoje o Jardim Zoológico — e, na prática, constituíam uma só Unidade, pois oficiais e praças confraternizavam e partilhavam os mesmos anseios e agruras, da mesma caserna. 32 oficiais subalternos dessas organizações militares assinaram solenemente o célebre pacto de sangue de 12 de novembro de 1889. O 9º RC (atual 17º RC Mec, “Regimento Solon Ribeiro”) vieram transferido de Ouro Preto, no ano anterior, devido a um incidente disciplinar de grandes proporções com a força policial daquela província.

BIBLIOGRAFIA

FONTES DE CONSULTA

BENTO, Cláudio Moreira. *Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca*, in *Anais da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República*, IHGB, Rio, 1989.

ECEME. *Evolução Política do Império*, Departamento de Imprensa Nacional, Rio, 1969; *Evolução Social e Econômica do Império. A Abolição e a República*, Departamento de Imprensa Nacional, Rio, 1969.

Edição Especial da Revista *Veja*, de 20 de novembro de 1989.

Edição do Centenário da República do *Jornal do Brasil*, 15 de novembro de 1989.

Edição Especial da *Revista do Exército Brasileiro*, Out/Dez 1989.

HERMES, Mário Jorge da Fonseca. *Os Militares e a Política Durante o Império*, in *A De-*

fesa Nacional, Abr/Jun 1001 (1ª parte) e Jul/Set 1991 (conclusão).

LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro*, Companhia Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, 1927.

PRADO, Francisco Silveira do. *D. Pedro II*, in *Revista do Exército Brasileiro*, Jul/Set 1991.

TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu Mundo*, Editora Documentário, Rio, 1976.

Anais do Congresso Nacional.

Acervo da Biblioteca Nacional, particularmente a doação do historiador Tobias Monteiro.

Trabalhos do autor publicados em revistas militares, com ampla bibliografia.

MUSEU IMPERIAL (Petrópolis-RJ).

Nota do Autor: Os dados pessoais, datas e eventos relatados foram coligidos de conhecidas enciclopédias e de livros didáticos, mas as análises e avaliações sobre determinados personagens e fatos históricos, ao longo do texto, são de responsabilidade do autor, sob a influência dos trabalhos indigitados.



Cel Cav R/1 DAVIS RIBEIRO DE SENA — possui os cursos normais da carreira de oficial do Exército Brasileiro, além de ser bacharel em Administração de Empresas. Estudioso da História do Brasil, particularmente da História Militar, tem vários artigos publicados em revistas e jornais, inclusive na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Serviu nos 4 Exércitos e no Comando Militar do Planalto (CMP), exerceu as funções de Chefe da Divisão Histórica e Cultural do Centro de Documentação do Exército, trabalhou no Estado-Maior do Exército e comandou o 17º Regimento de Cavalaria (Amambai-MS). Concluiu sua carreira na Ativa, exercendo as funções de E/1 da 1ª Divisão de Exército, "Divisão Mascarenhas de Moraes", sediada na Vila Militar, Rio de Janeiro. Pertence ao IGHMB e, atualmente, é o Redator Executivo da Revista do Exército Brasileiro.